



GT 003. A luta pelo espaço nos centros urbanos contemporâneos

Urpi Montoya Uriarte (Universidade Federal da Bahia) - Coordenador/a, Cornelia Eckert (UFRGS) - (Coordenador/a), Cristina Patriota de Moura (Universidade de Brasília) - Debatedor/a, Luísa Maria Silva Dantas (PPGAS/UFRGS) - Debatedor/a, Ana Luíza Carvalho da Rocha (Universidade Feevale/RS) - Debatedor/a

Nos centros urbanos convivem uma grande quantidade de espaços vazios desocupados e pessoas morando nas ruas, prédios abandonados e cortiços superlotados, edifícios restaurados e ruínas urbanas, imóveis ocupados por refugiados de todos os tipos, territórios de legalidades e ilegalidades. Neste espaço de múltiplas contradições e conflitos se livram, na atualidade, de forma aberta ou difusa, uma luta violenta e desigual pelo espaço, protagonizada por racionalidades opostas e lógicas complexas, formas distintas de entender a ordem, de habitar e de circular, de rememorar, de usar ou contra-usar. Projetos de reabilitação, revitalização, gentrificação, empreendedorismo e ordenamento urbano intervêm no espaço público usado por milhares de pessoas para sobreviver e nos prédios habitados por aqueles outros tantos que mal conseguem sobreviver. O capital destrói, constrói ou reconstrói ali onde lhe é conveniente enquanto os habitantes e usuários do centro se refugiam em espaços opacos, nas dobras dos espaços abstratos, construindo e reconstruindo suas formas de habitar os lugares centrais. O objetivo deste grupo de trabalho é congregar os diversos tipos de abordagens etnográficas que revelem e discutam a complexidade e os antagonismos que se defrontam nos centros urbanos contemporâneos, a "guerra de lugares" que se processa nele e as formas de entender o que é o centro e como habitá-lo.

Da Várzea à província oceânica: notas etnográficas sobre a revisão do Plano Diretor do Recife

Autoria: Fabiano Lucena de Araujo

O presente work visa apresentar alguns elementos reflexivos sobre o work de campo realizado pelo autor e que constitui um momento de sua pesquisa, mediante o qual se dedica a investigar o processo de revisão do Plano Diretor da cidade do Recife, a partir da ótica de sujeitos da classe média e de intelectuais, observando desde reuniões de moradores de bairros às palestras públicas oferecidas por profissionais da área de urbanismo. O Plano Diretor Municipal é um dispositivo legal previsto pela Constituição de 1988 e obrigatório para municípios com população a partir de vinte mil habitantes, que regulamenta um conjunto de leis que definem instrumentos de planejamento urbano, onde delimitam, por exemplo, a construção de edificações, a preservação do patrimônio artístico e histórico e do meio ambiente e as garantias de moradia de comunidades desfavorecidas. A observação em processo parte da discussão do Plano Diretor pelos moradores da Várzea, maior bairro da cidade, localizado na região oeste e detentor de importantes órgãos públicos relacionados ao setor educacional, como a Universidade Federal de Pernambuco e a Secretaria Estadual de Educação. Esta localidade além de possuir uma visibilidade institucional considerável, ostenta uma situação heterogênea de classes: de moradores de classe média como estudantes e docentes da UFPE e entorno às comunidades empobrecidas e salvaguardadas por lei, as ZEIS (Zonas Especiais de Interesse Social), Rosa Selvagem, Vila Arraes, Brasilit, Sítio Wanderley e Campo do Banco. Tendo-se em vista, a disparidade de classes que ocupam o bairro da Várzea, na discussão do Plano do Diretor na localidade foi constatada uma diversidade de interesses entre docentes universitários, líderes comunitários das Zeis (Vila Arraes) e de uma ocupação realizada em torno da principal avenida que corta o bairro (Caxangá) pelo Movimento Urbano dos Trabalhadores Sem Teto (MUST), chamada Ocupação Contra o Golpe. Exposta a



conjuntura empírica e inicial de análise, algumas questões conceituais foram levantadas pelo autor e se inserem no contexto maior da pesquisa de doutoramento, em que se investiga a construção da relação atual da classe intelectual recifense com o espaço urbano da cidade, a partir da reivindicação afetiva da modernidade, tendo como problemática verificar em que medida uma tradição de práticas e discursos se sustenta como continuidade nos ideários regionalista, do manguebeat e da contemporaneidade pós ocupações. O objeto de investigação é a análise das imagens produzidas e os textos desta classe intelectual com enfoque no hoje e no como se constrói a relação entre identidade, self e patrimônio, embasado em autores como Henri Lefebvre, Françoise Choay, Rogério Proença Leite, Denis Bernardes, Michel Agier e Guilherme Magnani.

[Trabalho completo](#)



Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero, de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e



Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA) e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização:



Apoio:



Organização:

